

Lima Barreto e o Hospital Nacional dos Alienados: quando o paciente descreve os psiquiatras

Manoel Olavo Loureiro Teixeira¹ (Orcid: 0000-0003-1360-536X) (manuelolavo@gmail.com)

¹ Instituto de Psiquiatria, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Instituto de Infectologia, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Resumo: Este artigo discute os relatos pessoais e os comentários sobre os psiquiatras feitos pelo escritor Lima Barreto durante sua internação no Hospital Nacional dos Alienados, em 1919-1920, no Rio de Janeiro. Com este objetivo, são usados os textos *Diário do hospício* e *O cemitério dos vivos*, nos quais acontece uma inaudita inversão de papéis e o paciente Lima Barreto analisa criticamente a personalidade dos médicos que o atendem, alguns deles fundadores da psiquiatria no Brasil. O artigo apresenta a biografia do escritor e dos médicos citados por ele. A vida de Lima Barreto foi marcada por dificuldades pelo fato dele ser um homem negro e não possuir diploma superior. Por esta razão, o texto também discute legados sociais da escravidão na sociedade brasileira e a importância do título de bacharel, ou doutor, para produzir distinção social na Primeira República (1889-1930). Em conclusão, observa-se que a narrativa de Lima Barreto e a biografia dos psiquiatras que ele descreveu se complementam para evidenciar comportamentos e caminhos de ascensão característicos da elite de bacharéis, além de denunciar a discriminação racial na sociedade brasileira.

► **Palavras-chave:** Lima Barreto. O Cemitério dos Vivos. Diário do Hospício. Hospício Nacional dos Alienados. História da Psiquiatria.

Recebido em: 16/08/2024

Revisado em: 21/02/2025

Aprovado em: 12/05/2025

Todos dados da pesquisa estão disponíveis neste artigo.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312025350235pt>

Editor responsável: Rogério Azize

Pareceristas: Renata Marca e Tulio Maia Franco

Introdução

O jornalista e escritor Lima Barreto viveu no Rio de Janeiro durante a Primeira República (1889-1930). Negro, de origem humilde, teve a vida marcada por dificuldades financeiras e falta de reconhecimento artístico (Barbosa, 1981). Lima Barreto passou por duas internações no Hospital Nacional dos Alienados (HNA) devido ao alcoolismo. Inaugurado em 05/12/1852, com o nome de Hospício de Pedro II, o HNA foi a primeira instituição do gênero na América Latina e um marco na implantação das práticas de reclusão manicomial e na constituição da psiquiatria no Brasil (Lopes, J., 1965; Lopes, C., 1939).

Como resultado da segunda internação psiquiátrica, Lima Barreto escreveu *Diário do Hospício* e *O cemitério dos vivos* (Barreto, 1993). O objetivo principal deste artigo é discutir partes desses textos nos quais o autor analisa os psiquiatras que o atenderam – alguns deles figuras de referência da história da psiquiatria no Brasil. Numa inaudita inversão de papéis, vemos um paciente internado no manicômio dissecar criticamente a personalidade e esboçar o retrato social de seus doutores.

O artigo apresentará a biografia do escritor e um resumo biográfico dos psiquiatras a quem ele se refere. A vida de Lima Barreto foi marcada pelo fracasso na conclusão do curso de engenharia, que impediu seu acesso a melhores posições sociais. Como jornalista e escritor, ele adotou uma postura crítica em relação à elite bacharelesca do país, a qual fustigava pela vaidade, superficialidade e uso da qualificação acadêmica para obter prestígio social e político. O Rio de Janeiro da *Belle Époque*, onde viveu o escritor, era uma sociedade na qual ser doutor era uma distinção social e uma condição de acesso à elite majoritariamente branca. Para aprofundar este ponto, discutiremos o significado adquirido pelo título de doutor na sociedade brasileira. Empregaremos referenciais históricos e socioantropológicos para elucidar porque tornar-se bacharel representava uma qualificação destinada a membros da elite (Needell, 1993; Dolhnikoff; Campos, 2001; Schwarcz; Starling, 2015).

O artigo discutirá legados da escravidão na sociedade brasileira, que condicionaram a produção de desigualdade e mecanismos de seleção social por barreiras de acesso à educação e constituição de estereótipos negativos de julgamento cultural e biológico em função da cor da pele (Soares, 2017; Schwarcz, 2017; Carvalho, 1997). Finalmente, verificaremos em que medida a narrativa de Lima Barreto sobre os psiquiatras revela comportamentos e caminhos de ascensão social da elite letrada

brasileira, averiguando se a descrição dos doutores pelo escritor coincide com o perfil social característico da elite bacharelesca brasileira (Schwarcz, 1998; Needell, 1993).

Biografia

Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu no Rio de Janeiro em 13/05/1881 e faleceu em 01/11/1922. Era filho de um negro liberto ambicioso, João Henriques, que sonhou em vão ser médico, e de Amália Augusta, professora primária, descendente de escravizados. Sua mãe era agregada e neta bastarda de Manuel Feliciano Pereira de Carvalho, cirurgião-mor do Exército e membro da Academia Nacional de Medicina (Schwarcz, 2017).

A mãe de Lima Barreto morreu de tuberculose quando ele tinha sete anos. Seu pai, tipógrafo da imprensa nacional por indicação do protetor, o Visconde de Ouro Preto, ficou viúvo e desempregado, com quatro filhos pequenos para criar. Lima Barreto era o primogênito (Oliveira; Gens, 1993). Em 1890, o pai do futuro escritor foi nomeado almoxarife das Colônias Agrícolas de São Bento e Mesquita, na Ilha do Governador, mais tarde tornando-se administrador geral. Em 1902, João Henriques Lima Barreto teve um surto psicótico. Julgava-se perseguido, via a polícia cercar a casa para prendê-lo. Seu estado permaneceu inalterado até sua morte.

Graças à ajuda do padrinho, o Visconde de Ouro Preto, e ao esforço dos pais, Lima Barreto recebeu uma educação incomum para um negro brasileiro da época. Frequentou colégios da elite, como o Pedro II e o Paula Freitas, e a Escola Politécnica (Schwarcz, 2017). Em 1897, Lima Barreto iniciou o curso de Engenharia Civil na Escola Politécnica, onde era o único aluno negro. Porém, reprovações, dificuldades financeiras e a necessidade de sustentar o pai e os irmãos obrigaram-no a abandonar curso (Barbosa, 1981). A perda do diploma de engenheiro tornou-se uma chaga na vida de Lima Barreto, vedando-lhe possibilidades de ascensão social. Em 1903, prestou concurso para amanuense (copista) da Secretaria da Guerra. Trabalhou como funcionário público até se aposentar em 1918, pelo laudo de epilepsia tóxica em razão do alcoolismo (Schwarcz, 2017). Ele não se casou e viveu até o fim com os irmãos e o pai.

Lima Barreto publicou romances, contos, sátiras, crônicas e memórias. Trabalhou na imprensa e publicou em jornais literários e panfletos anarquistas (Barbosa, 1981). Produziu uma obra combativa e fustigou a literatura convencional, feita para

“escrever bonito, fazer brindes de sobremesa, para satisfação dos ricos” (Barreto *apud* Schwarcz, 2017, p. 375). Abordou temas como a discriminação da população negra e a desigualdade social. A escravidão fora abolida há poucas décadas e a sociabilidade estabelecida por ela continuava intocada. Para Schwarcz, a escravidão foi mais que um sistema econômico:

Ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor marcadores de diferenças fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência, e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia estrita (Schwarcz; Starling, 2015, p. 96).

Lima Barreto morou com a família em Todos os Santos e costumava caminhar pelo centro e subúrbios cariocas, colhendo observações sociais. Em redações e grupos literários, tornou-se amigo de boêmia de intelectuais cariocas. Seus textos irônicos e atitudes intransigentes rendiam-lhe inimizades. No fim da década de 1910, passou a beber cada vez mais, consumindo cachaça diariamente. O hábito de beber tornou-se solitário e descontrolado. Circulava de bar em bar, desleixado, as roupas em farrapos:

Ante os infortúnios, bebia. Bebia por medo, pela falta de amigos, por não encontrar a rapariga certa, para fugir da desgraça doméstica, por causa de seu emprego. E bebia porque bebia, porque gostava de beber (Schwarcz, 2017, p. 270).

A cor foi um estigma para Lima Barreto, no convívio escolar com colegas abastados e como jornalista e escritor. No Ministério da Guerra, era frequente tomarem-no por contínuo. Sua biografia teve a marca da falência: não conseguiu diploma, não fez carreira no serviço público, foi preterido duas vezes como candidato à Academia Brasileira de Letras (Oliveira; Gens, 1993). Entretanto, sua literatura apresentou um retrato sociocultural inovador da sociedade brasileira. Atravessada por um pendor autobiográfico e confessional que embaralha as fronteiras entre real e ficcional, foi uma obra antiacadêmica, realista, viva e sarcástica. Incorporou desvios de regras e gramática. Mostrou moradores do subúrbio, pequenos funcionários e tipos populares como personagens principais. Denunciou hipocrisias e mazelas sociais. Apresentou personagens negros complexos e inteligentes, sofrendo com as barreiras de exclusão da sociedade brasileira (Schwarcz, 2017). Produziu uma literatura engajada que, nos debates atuais, é considerada precursora do que veio a ser denominado como literatura periférica/marginal no Brasil (Frúgoli Jr; Macedo, 2019).

Em 1920, a saúde de seu pai piorou. Agravaram-se os gritos e ideias de perseguição. Em 20/11/1922, Lima Barreto estava em seu quarto, recuperando-se de uma bebedeira. De tarde, foi encontrado morto pela irmã. Tinha 41 anos. Seu pai morreria dois dias depois (Barbosa, 1981).

Escravidão e sociedade brasileira

O Brasil foi o país que mais recebeu africanos escravizados no mundo – cerca de 5 milhões de pessoas (Fausto, 1997; Dolhnikoff; Campos, 2001). O uso dessa mão de obra na agricultura e mineração, e o tráfico de escravizados, foram os pilares econômicos da principal colônia portuguesa. Após a Independência (1822), a constituição do Estado nacional teve por objetivo preservar o sistema escravagista e defender interesses financeiros de grandes proprietários rurais e traficantes de escravizados. Conforme Needell, o Brasil Imperial tornou-se uma sociedade caracterizada por dois estratos:

Um, muito poderoso e rico, composto por fazendeiros e comerciantes brancos; o outro, muito numeroso, formado por negros [...] e seus descendentes: trabalhadores rurais, empregados domésticos, artesãos, braçais da lavoura, trabalhadores urbanos, meeiros empobrecidos e pequenos sitiantes. Esses estratos constituíam as duas principais forças sociais, que pressionavam uma estreita camada, sobretudo urbana, dos setores médios: profissionais liberais, burocratas subalternos, empregados dos escritórios e pequenos lojistas (Needell, 1993, p. 19-20).

A Monarquia aboliu a escravidão em 1888. Mas a incorporação dos escravizados libertos à vida nacional e à identidade da nação não foi enfrentada (Carvalho, 1997). O peso da instituição escravagista e a concentração de poder pela elite agrária configuraram uma situação na qual os privilégios das oligarquias coloniais foram mantidos e naturalizados.

O processo de abolição no Brasil não se preocupou com a situação do negro escravizado após a emancipação. A partir da crença errônea na ausência de racismo e preconceito de cor no Brasil, presumiu-se que os escravizados emancipados iriam se integrar facilmente à sociedade, sem necessidade de apoio (Azevedo, 2003). Dessa forma, o fim da escravidão significou para os brasileiros negros a exclusão do trabalho urbano livre. Não habilitado para a nova ordem social em construção, o negro foi repellido para as periferias do mercado de trabalho, condenado ao desemprego ou ao trabalho informal de baixa remuneração. A falta de acesso à educação tornou-se um baluarte desta divisão social. Estruturou-se uma sociedade profundamente desigual,

cujo funcionamento, baseado em regras informais, fez da cor da pele um indicador social de diferença.

Na República, a população liberta, além dos obstáculos condicionados pela história, viu surgir nova explicação para a falta de sucesso profissional ou social dos negros: a derivada da biologia. Houve o ingresso no país das teorias raciais e da noção biológica de raça. As diferenças passaram a ser apreendidas em modelos biológicos que estabeleciam “correlações rígidas entre caracteres físicos e atributos morais” (Schwarcz, 1993, p. 65). Teorias raciais de autores como Gobineau e Agassiz colocavam o homem branco europeu como a raça mais desenvolvida da evolução biológica e afirmavam a inferioridade racial do negro, além da inexorável tendência à degeneração de populações constituídas por raças miscigenadas. O racismo brasileiro ancorava-se num discurso científico (Schwarcz, 1993).

Em 1857, Bénédict Morel (1809-1873) introduziu o conceito de degenerescência no alienismo. A doença mental seria resultado da transmissão hereditária de taras e estigmas mentais que levariam à degeneração do tipo humano ideal (Beauchesne, 1989). A psiquiatria do final do século XIX incorporou a relação entre raça e degeneração mental. As variedades do racismo científico obtiveram grande penetração entre cientistas e intelectuais brasileiros. Nas primeiras décadas da República, as discussões sobre o caráter nacional e o futuro do país passavam pela discussão da constituição racial e de problemas atribuídos à miscigenação do povo brasileiro. O ideário psiquiátrico irá caucionar ações de defesa do aprimoramento racial.

Henrique Roxo, psiquiatra do Hospício Nacional, em pronunciamento no II Congresso Médico Latino-americano de 1904 asseverava que negros e pardos deveriam ser considerados como “tipos que não evoluíram”; “ficaram retardatários”. Segundo ele, se cada povo carregava uma “tara hereditária”, no caso desses grupos ela era “pesadíssima”, levando à vadiagem, ao álcool e demais distúrbios mentais (Schwarcz; Starling, 2015, p. 343).

A importância de ser bacharel

Durante o Segundo Reinado (1840-1889), comprar títulos de nobreza, principalmente de Barão, tornou-se símbolo de distinção da elite cafeicultora (Schwarcz, 1998). Da mesma forma, o acesso à educação era prerrogativa da elite, que formava “uma ilha de letrados num mar de analfabetos” (*ibid.*, p. 118). A maioria dos políticos do Império era de bacharéis das faculdades de Direito de Coimbra, São Paulo e Olinda (Dolhnikoff; Campos, 2001). Os filhos da elite tinham tutores, frequentavam liceus ou o Colégio Pedro II; depois formavam-se em Coimbra, ou

num curso de Direito ou Medicina do país. As faculdades criavam a elite dirigente, fornecendo-lhe a coesão ideológica necessária para produzir uma *intelligentsia* local (*ibid.*). Historicamente, este grupo se relacionava apenas entre si. O acesso a empregos públicos e facilidades do Estado era reservado a seus membros.

No Brasil, os títulos de nobreza e a distinção do anel de doutor acabaram se equivalendo (Holanda, 1995). Ser bacharel, no Segundo Reinado e Primeira República, era um termo que carregava, além de uma qualificação, um capital simbólico, que fazia do diploma uma distinção, um sinal de pertencimento a um lugar social privilegiado (Schwarcz, 1998). O anel de bacharel e o título de doutor eram ferramentas de acesso a códigos sociais, ao compadrio, ao apadrinhamento político, a cargos públicos, a carreira parlamentar, a associações e entidades, ao cenário intelectual. Portanto, a participação nas relações da elite brasileira (Coelho, 1999).

A profissão médica implantou-se no Rio de Janeiro com a criação da Faculdade de Medicina (1832) e a fundação da Sociedade de Medicina e Cirurgia em 1830, posteriormente transformada em Academia Imperial de Medicina. A institucionalização da profissão médica foi uma das medidas civilizatórias planejadas no Segundo Reinado (Herschmann *et al.*, 1996). Contudo, a maioria dos médicos brasileiros não obtinha ganhos materiais apenas com o atendimento particular (Coelho, 1999). O que de fato contava era a obtenção de algum cargo público no Estado, através da aproximação dos médicos com as elites imperiais. Também era imperioso exibir formação cultural diferenciada. Segundo Coelho:

O prestígio deste ou daquele médico de elite não provinha dos resultados práticos de suas terapias, de uma estrita avaliação de competência profissional, mas de um conjunto de outros fatores: domínio de uma língua estrangeira (principalmente o francês), conhecimento das teorias médicas mais em voga na Europa, adequada providência social, uma certa cultura humanística, apropriadas referências culturais (de outros clientes notáveis) e, certamente, posse de um diploma de medicina (Coelho, 1999, p. 90).

O golpe militar que implantou a República (1889) ofereceu à nova elite de cafeicultores paulistas e à crescente camada média urbana uma oportunidade de redistribuição de seus interesses. Surgiu um ideário renovado de país, baseado na modernização que guiava a industrialização na Europa e EUA, abraçado por militares, estudantes de escolas politécnicas, membros do aparelho estatal e pela classe média urbana (Needell, 1993).

Ser ou não ser doutor

No fim do século XIX, os filhos de camadas médias urbanas e de pequenos proprietários rurais tinham duas vias de acesso a um diploma de curso superior: ir para um seminário ou para as Escolas Técnicas do Exército (Dolhnikoff; Campos, 2001). Nestas últimas, era possível formar-se em engenharia ou áreas associadas ao progresso científico. Com a República, novos grupos sociais urbanos, como funcionários públicos e militares, tentaram retirar o controle do Estado das mãos das elites agrárias tradicionais.

Porém, após a crise político-militar do começo da República, estabeleceu-se um acordo favorável à elite agroexportadora, principalmente paulista, em detrimento dos grupos urbanos emergentes. A chamada *Política dos Governadores* caracterizou o rearranjo das elites agrárias regionais que definiu a Primeira República (Fausto, 1996). Com uma nova composição, reinstituiu-se a ordem defensora das estruturas sociais e econômicas tradicionais. Assim, perpetuaram-se mecanismos de seleção social pelo ensino superior, a importância do bacharelismo, clientelismo, apadrinhamento e nepotismo na burocracia de Estado (Coelho, 1999).

Foi neste Brasil da Primeira República que Lima Barreto viveu. O Rio de Janeiro da *Belle Époque* era uma sociedade bacharelesca, que valorizava sobremaneira o *status* de doutor (Needell, 1993). Para o escritor, não se formar engenheiro foi uma tragédia pessoal. O conflito sobre ser ou não ser doutor aparece repetidamente em sua obra. No romance *Numa e a Ninfa* (1915), comenta: “No Brasil, doutor é um título que dá todos os direitos, toda a consideração, até quando se está na prisão” (Barreto, 1989, p. 73).

Em *Recordações do escrivo Isaias Caminha* (1909), o personagem principal procura um Deputado com uma carta de recomendação do tio para obter uma colocação, *i.e.*, um emprego público.

Entreguei-lhe a carta. Leu-a [...]; depois perguntou-me:

- É o senhor?

- Sim senhor.

- Você (mudou logo de tratamento) sabe perfeitamente como as coisas vão: o país está em crise, em apuros financeiro, estão extinguindo repartições, cortando despesas; é difícil arranjar qualquer coisa; entretanto...

- Mas doutor eu não queria grande coisa... Cem mil-réis por mês me bastavam... Todos por aí arranjam e eu...

- Sim... Sim... Mas têm grandes recomendações, poderosos padrinhos – eu, o que valho? Nada! Ainda agora o Ministro do Interior não nomeou o meu candidato para juiz do júri...

- Se Vossa Excelência quisesse...

- Você por que não faz um concurso?

- Não posso, não os há anunciados e eu preciso qualquer coisa já...

E assim fomos conversando. (...) Houve ocasião em que ele exproboou essa nossa mania de empregos e doutorado, citando os ingleses e americanos. – Todo o mundo quer ser doutor... Corei indignado e respondi com alguma lógica (...); se os fortes e aparentados, os relacionados para a formatura apelavam, como havia eu, mesquinho, semiaceito, de fazer exceção? (Barreto, 2021, p. 60-61).

Negro numa sociedade racista, autodidata, herdeiro dos sonhos de ascensão do pai, ambicioso no projeto literário, Lima Barreto compreendia que tornar-se doutor era um caminho de superação da pobreza e discriminação sócio racial. Seu personagem Isaías Caminha conjectura: “Ah! Seria doutor! Resgataria o pecado original do meu nascimento humilde, amaciaria o suplício premente, cruciante e omnímodo da minha cor... Nas dobras do pergaminho da carta, traria presa a consideração de toda gente” (Barreto, 2021, p. 27).

Na literatura de Lima Barreto, os doutores brasileiros são duramente castigados. Principalmente os que mostram pedantismo científico, acumulam cargos públicos, promovem uma imagem falsa de intelectual e participam do “ritual de gestos e falsas demonstrações de amizade que influem no progresso da vida política” (Barreto, 2016, p. 80).

Em *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1915), Lima Barreto ilustra um caso de uso do título de doutor para promoção social. O personagem Armando Borges é médico e rico, graças à fortuna da família da mulher. Trabalha num hospital privado, mas vive insatisfeito. Quer trabalhar no governo. “Queria ter um cargo oficial, médico, diretor ou mesmo lente de faculdade. E isto não era difícil, desde que arranjasse boas recomendações, pois já tinha certo nome, graças a sua atividade e fertilidade de recursos” (Barreto, 1981, p. 143). Porém, a conquista requeria divulgar a fama pública de ilustrado. Assim, através de relações sociais com donos de jornais, o dr. Borges publica artigos pagos, simples compilações, “em que não havia nada de próprio, mas ricos de citações em inglês, francês e alemão” (*ibid.*).

De quando em quando, publicava um folheto. *O Cobreiro, Etiologia, Profilaxia e Tratamento ou Contribuição para o Estudo da Sarna no Brasil*; e mandava o folheto, quarenta e sessenta páginas, aos jornais que se ocupavam dele duas ou três vezes ao ano; “o operoso doutor Armando Borges, o ilustre clínico, o proficiente médico de nossos hospitais etc., etc.” (*ibid.*).

Internação e encontro com os psiquiatras

Em 1914, Lima Barreto foi internado pela primeira vez no Pavilhão de Observação do HNA, de 18/08 a 13/10. Após longa bebedeira, o escritor teve alucinações; via animais, pessoas tentando invadir a casa e fazendo serenatas nas janelas. Foi enviado à casa de um tio em Guaratiba, onde continuou delirando, achando-se perseguido por militares por causa da simpatia pelo anarquismo. O irmão decidiu interná-lo. Lima Barreto foi levado num carro forte da polícia pelo percurso entre Guaratiba e o Hospício da Praia Vermelha (Schwarcz, 2017). Ao ver-se trancado num quarto forte do Hospício, Vicente Mascarenhas, seu alterego em *O cemitério dos vivos*, comenta: “Eis em que tinham dado os meus altos projetos de menino” (Barreto, 1993, p. 123).

A segunda internação ocorreu de 25/12/1919 a 02/02/1920. Lima Barreto foi conduzido ao Pavilhão de Observação após outra bebedeira, quando passou a noite de Natal errando pelos subúrbios. Escreveu que “saíra sem dinheiro, à procura de uma delegacia, que jamais encontrou, para queixar-me das coisas mais fantásticas dessa vida, vendo as coisas mais fantásticas que se possa imaginar” (Barreto *apud* Barbosa, 1981, p. 295).

No começo, eu gritava, gesticulava, insultava, descompunha; dessa forma, vi-as familiarmente, como a coisa mais natural deste mundo. Só a minha agitação, uma frase ou outra desconexa, um gesto sem explicação denunciavam que eu não estava na minha razão. O que há em mim, meu Deus? Loucura? Quem sabe lá? (Barreto, 1993, p. 38).

O *Diário do hospício* foi uma série de apontamentos em primeira pessoa escritos por Lima Barreto durante a segunda internação no HNA. Eles foram usados em *O cemitério dos vivos*, projeto de romance idealizado durante a internação, que ficou inacabado. Segundo o biógrafo Assis Barbosa, o escritor pretendia que esta fosse sua obra definitiva (Barbosa, 1981).

Lima Barreto teve contato com seis psiquiatras durante a segunda internação. Por se tratar de um momento-chave na consolidação da psiquiatria, teceu considerações sobre atores importantes da história da especialidade no Brasil. Identificou-os pelo nome verdadeiro no *Diário do hospício*, transformou-os em personagens anônimos

em *O cemitério dos vivos*. Em sua narrativa, observamos uma inversão de papéis: é o paciente psiquiátrico, internado no manicômio, num lugar de silenciamento, alguém que “não se tem mais na conta de gente, é um naufrago, um rebotalho da sociedade” (Barreto, 1993, p. 174), quem observa e traça um retrato psicológico e social crítico dos doutores que o examinam.

Eu tinha muito medo do meu médico na seção Pinel: ele tinha o orgulho e a fé na sua atividade intelectual, e os pontos de dúvida que deviam tirar do seu espírito o sentimento de sua evidência, pareciam que antes reforçavam-no (*Ibid.*).

Embora simpático a alguns, em geral Lima Barreto duvida da capacidade dos psiquiatras. Faz críticas mordazes, reprova sua arrogância, superficialidade e falta de critérios científicos.

Pouco lógicos, por isso demasiadamente objetivos, impacientes, por isso aceitando em globo a “autoridade”, arriscam-se a de boa-fé cometer os erros mais grosseiros e funestos no exercício de sua profissão. Falta-lhes crítica, não só a mais comum, mas também a necessária do grau de certeza da experiência e dos instrumentos em que as refazem (Barreto, 1993, p. 175).

Assim registra o encontro com o primeiro médico que o avaliou no Pavilhão de Observação.

Passei a noite de 25 no Pavilhão, dormindo muito bem, pois a de 24 tinha passado em claro, errando pelos subúrbios, em pleno delírio. Amanheci, tomei café e pão e fui à presença do médico, que me disseram chamar-se Adatao. Tratou-me ele com indiferença, fez-me perguntas e deu a entender que, por ele, me punha na rua (Barreto, 1993, p. 24).

O psiquiatra que o atende com indiferença é Adatao Junqueira Botelho (1895-1963), assistente interino do HNA. Adatao Botelho era ligado à Henrique Roxo, diretor do Pavilhão de Observação do HNA. Foi fundador do Sanatório Botafogo, em 1921. Desempenhou papel significativo na constituição da psiquiatria nacional, atuando na vida acadêmica, na administração, na clínica pública e privada. Foi médico psiquiatra do HNA, substituto de Henrique Roxo no Instituto de Psicopatologia, chefe de clínica do Pavilhão de Observação, de 1921 a 1938, e livre docente de Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina. Em 1937, foi diretor do Serviço de Assistência à Psicopatas do Distrito Federal. Em 1939, assumiu a Divisão de Assistência aos Psicopatas, mais tarde chamada de Serviço Nacional de Doenças Mentais. Foi coordenador do SNDM, de 1941 a 1954, e titular da Academia Nacional de Medicina. Em 1956, tornou-se Catedrático de Psiquiatria (Martins, 2018).

Horas depois, Lima Barreto foi levado para ser avaliado por Henrique Roxo, diretor do Pavilhão.

Tinha de ser examinado pelo Henrique Roxo. Há quantos anos, nós nos conhecemos. É bem curioso esse Roxo. Ele me parece inteligente, estudioso, honesto; mas eu não sei porque não simpatizo com ele. Ele me parece desses médicos brasileiros imbuídos de um ar de certeza de sua arte, desdenhando inteiramente toda outra atividade intelectual que não a sua e pouco capaz de examinar o fato por si. Acho-o muito livresco e pouco interessado em descobrir, em levantar o véu do mistério – que mistério! – que há na especialidade que professa. Lê os livros da Europa, dos Estados Unidos, talvez; mas não lê a natureza. Não tenho por ele antipatia; mas nada me atrai a ele (Barreto, 1993, p. 24-25).

Lima Barreto relata que o psiquiatra lhe perguntou sobre seu pai, a quem conhecia das Colônias, e ele lhe deu notícias. Contou ter sido internado pelo irmão, “que tinha fé na onipotência da ciência e na credence do hospício” (Barreto, 1993, p. 25). O escritor complementa que Roxo parece não ter gostado de seu comentário.

Henrique de Britto Belford Roxo (1877-1969) formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1900, com a tese *Duração dos atos psíquicos elementares nos alienados* (Martins, 2018). Henrique Roxo foi assistente de clínica psiquiátrica do Pavilhão de Observação do HNA. Posteriormente, lente substituto (1904-1907), professor substituto de Clínica Neurológica e Psiquiátrica, em 1919, catedrático da cadeira de Clínica Psiquiátrica, substituindo João Carlos Teixeira Brandão (1854-1921), primeiro titular da cadeira, e diretor do Pavilhão de Observação, em 1921. Com Juliano Moreira, criou uma escola de formação de psiquiatras no HNA. Tornou-se membro da Academia Nacional de Medicina, em 1922. Com a reforma assistencial do antigo Hospício e o surgimento do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil, em 1938, Henrique Roxo foi seu primeiro diretor. Exerceu a direção do Instituto de Psiquiatria de 1938 a 1946. Foi membro de associações médicas como a Liga Brasileira de Higiene Mental, a *Société de Médecine Mentale*, a *Société Médico-Psychologique* de Paris e o Comitê Internacional de Higiene Mental de Nova Iorque (Mathias, 2018; Academia Nacional de Medicina, 2024).

Em seguida, Lima Barreto foi transferido para a seção Pinel, destinada a indigentes, onde ficou dois dias. Foi examinado pelo médico assistente.

Chamou-me o bragantino e levou-me pelos corredores e pátios até o Hospício propriamente. Aí é que percebi que ficava e onde, na seção, na de indigentes, aquela em que a imagem do que a Desgraça pode sobre a vida dos homens é mais formidável. (...) Esperei o médico. Era um doutor Airoso, creio eu ser esse o nome, interrogou-me, respondi-lhe com toda verdade, e ele não me pareceu mau rapaz, mas sorriu enigmaticamente, ou,

como dizendo, “você fica mesmo aí”, ou querendo exprimir que os meus méritos literários nada valiam [...]. Fosse uma coisa, fosse outra, não me agastei. Ele era muito moço; na sua idade, no caso dele, eu talvez pensasse da mesma forma (Barreto, 1993, p. 25-26).

O dr. Airosa, a quem Lima Barreto se refere, era o mineiro José Carneiro Ayrosa, psiquiatra e assistente interino do HNA. Ele escreveu o registro de internação do escritor no Livro de Observações n. 64, da seção Pinel do HNA, p. 144 e segs. (Barbosa, 1981). Em 1928, Ayrosa será livre docente de clínica psiquiátrica do Pavilhão de Observações (Martins, 2018). Foi um pioneiro da psicanálise e dedicou parte dos estudos ao alcoolismo. Publicou *Em torno da psicanálise* (1929), *A Psicanálise e suas aplicações clínicas* (1932), *Tendência de beber em face da psicanálise* (1932) e *Alcoolismo: suas Raízes psicológicas segundo a psicanálise* (1934) (Martins, 2018). Neste último artigo, descreve o alcoolismo como uma sublimação promovida pela atividade lábio bucal excessiva. A fixação oral seria responsável pela tendência ao uso do álcool. Para Ayrosa, a solução requeria uma educação dos instintos (Ayrosa, 1934). Como muitos contemporâneos, Ayrosa tornar-se-á membro da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), fundada no Rio de Janeiro por Gustavo Kohler Riedel (1887-1934), em 1923. A LBHM teve papel relevante na psiquiatria brasileira dos anos 1920-1940, congregando médicos, juristas, educadores, jornalistas e escritores, com o propósito de elaborar políticas de intervenção no corpo social, objetivando o aprimoramento racial através da eugenia e higiene mental (Costa, 1989).

Um cadáver de anfiteatro de Anatomia

É na descrição da Seção Pinel, em *O cemitério dos vivos*, que encontramos a mais pungente associação feita por Lima Barreto entre ser negro, loucura e exclusão:

Na Seção Pinel, num pátio que ficavam os mais insuportáveis, dez por cento deles andava nu ou seminu. Esse pátio é a coisa mais horrível que se pode imaginar. Devido à pigmentação negra de uma grande parte dos doentes aí recolhidos, a imagem que se fica dele, é que tudo é negro. O negro é a cor mais cortante, mais impressionante; e contemplando uma porção de corpos negros nus, faz ela que as outras se ofusquem no nosso pensamento (Barreto, 1993, p. 147).

No *Diário do hospício*, Lima Barreto discorre sobre seu médico na seção Pinel.

Outra coisa que me fez arrepiar de medo na seção Pinel foi o alienista. Se entre nós, no Rio, houvesse uma universidade, eu poderia dizer que ele havia sido meu colega, porquanto, quando ele frequentava a Escola de Medicina, eu passeava pelos corredores da Escola Politécnica. Nunca travamos relações, mas nós nos conhecíamos. Ele, porém, não

se deu a conhecer e eu, no estado de humilhação em que estava, não devia ser o primeiro a me dar a conhecer. Não lhe tenho antipatia, mas julgo-o mais nevrosado e avoadado que eu. É capaz de ler qualquer novidade de cirurgia aplicada à psiquiatria em uma revista norueguesa e aplicar, sem nenhuma reflexão preliminar, num doente qualquer. É muito amante das novidades, do *vient de parâitre*, das últimas criações científicas ou que outro nome tenham (Barreto, 1993, p. 30-31).

Em *O cemitério dos vivos*, o escritor aprofunda os comentários sobre este psiquiatra, sem identificá-lo. A crítica ao apego às novidades científicas e à falta de reflexão torna-se mais contundente. O escritor revela seu sentimento de desamparo como paciente psiquiátrico.

Não falei do chefe de serviço. Era um moço da minha idade, conhecido da rua, mas, conforme meu hábito, já que não se deu a conhecer, eu não me dei também. Em rigor, ali, doente indigente, pária social, a mais elementar dignidade fazia eu não o fizesse e, por estar em tal estado, temia-o muito. Sentia, não sei porque, nesse rapaz, um grande amor à novidade, uma pressa e açodamento, muito pouco científicos, em experimentar o “remédio novo”. Percebia-se pelo seu ar abstrato, distraído, que era homem de leitura, de estudos; mas também, não sei porque ar de fisionomia ou de olhar, que era inquieto e sófrego. Faltavam-lhe a capacidade de meditação demorada, de paciência de examinar durante muito tempo o pró e o contra de uma questão; não havia nele a necessidade de reflexão sua, de repensar o pensamento dos outros até admitir como sua a evidência, tida por um outro como tal. Essa sua falta de método, junto com minha condição de desgraçado, davam-me o temor de que ele quisesse experimentar em mim um processo novo de curar alcoolismo em que se empregasse uma operação melindrosa e perigosa. Tinha perdido toda a proteção social, todo o direito sobre meu próprio corpo, era assim como um cadáver de anfiteatro de anatomia (Barreto, 1993, p. 175).

Em 1920, o pernambucano Antônio Austregésilo Rodrigues de Lima (1876-1960) era o psiquiatra da Seção Pinel do HNA. Precursor da neurologia no Brasil, foi catedrático de neurologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1912, sendo considerado criador da especialidade no país. Doutorou-se em 1899, com a tese *Estudo clínico do delírio*. Transitou entre a psiquiatria e a neurologia. Também foi pioneiro da psicanálise. Em 1919, publicou *Sexualidade e psicose* (Martins, 2018). Foi fundador do Sanatório Botafogo, Deputado Federal por Pernambuco de 1922 a 1930, Presidente da Academia Nacional de Medicina e membro de diversas associações médico-culturais, inclusive da Academia Brasileira de Letras (ABL), na qual foi admitido em 1914. Publicou textos literários como *Livros dos sentimentos* (1923), *Perfil da mulher brasileira* (1924), *As forças curativas do espírito* (1926) e *Lições da vida* (1934), uma literatura que Lima Barreto criticava pelo sentimentalismo e artificialidade. Em 1930, Austregésilo tornou-se presidente da ABL (Martins, 2018).

A mesma Academia na qual Lima Barreto teve sua candidatura rejeitada duas vezes, em 1918 e 1921 (Schwarcz, 2017).

Com a República, o Hospício de Pedro II passou a chamar-se Hospício Nacional dos Alienados; e, em 1911, Hospital Nacional dos Alienados (*ibid.*). Em 1903, a permanente crise administrativa fez que José Joaquim Seabra, Ministro da Justiça do governo Rodrigues Alves, indicasse um professor de psiquiatria da Faculdade de Medicina da Bahia para reformar a Assistência aos Alienados da Capital Federal (Lopes, 1965). A nomeação de Juliano Moreira (1873-1933) marcou o início de uma reforma administrativa do Hospício e de modernização teórica da psiquiatria. Baiano, afrodescendente, de origem pobre, formado na Faculdade de Medicina da Bahia com a tese *A Etiologia da sífilis maligna precoce*, Juliano Moreira foi um destacado organizador da psiquiatria no Brasil. Ligado à psiquiatria alemã, foi introdutor na psiquiatria brasileira do modelo de doença mental de Kraepelin. Criou uma escola informal ao seu redor, reunindo nomes como Afrânio Peixoto, Gustavo Riedel, Antônio Austregésilo, Ulisses Viana, Fernandes Filgueira, Henrique Roxo e Heitor Carrilho (Oda; Dalgalarondo, 2000). Como era consensual no discurso psiquiátrico do período, Juliano Moreira admitia a relação entre loucura e estigmas de degenerescência constitucionais e morais. Foi divulgador da higiene mental e da eugenia. No entanto, discordava das teses sobre os males da mestiçagem racial, majoritárias na época, que associavam degeneração à mistura de raças, e condenavam sociedades miscigenadas como a brasileira à extinção (Schwarcz, 2017). Juliano Moreira dirigiu o HNA durante a Primeira República, de 1903 a 1930. Realizou uma inflexão na estrutura do Hospício, criando cinco pavilhões: para crianças, epiléticos, doenças infecciosas, e para homens e mulheres (Lopes, 1939). Em *O cemitério dos vivos*, Lima Barreto narra seu único encontro com Juliano Moreira, com quem simpatizou fortemente.

Todos gabavam muito o seu talento, a sua ilustração; mas, não era bem por isso que eu o amava. Nunca lhe tinha lido um trabalho, só mais tarde me foi dado fazer isso, não tinha nenhuma ilustração no assunto do seu saber para julgar; mas, conquanto sentisse logo um homem superior, eu o amava pela exalação de doçura (Barreto, 1993, p. 157).

Incomodado por estar na Seção Pinel, Lima Barreto solicitou ao diretor sua transferência para a seção Calmeil, de pensionistas pagantes.

Na segunda-feira, antes que meu irmão viesse, fui a presença do doutor Juliano Moreira. Tratou-me com grande ternura, paternalmente, não me admoestou, fez-me sentar ao seu lado e perguntou-me onde queria ficar. Disse-lhe que na seção Calmeil. Deu ordens ao Santana e, em breve, lá estava eu (Barreto, 1993, p. 27).

Transferido de seção, atendeu-o Humberto Neto Gotuzzo, psiquiatra adjunto do HNA, um representante da elite carioca que Lima Barreto abominava:

Tinha-o por um *dandy*, por fútil, algo pedante e, mais do que os outros, que éramos francamente conhecidos e ele podia com certa razão ter queixa de mim, eu fui à sua presença com certo temor. (Barreto, 1993, p. 176).

Humberto Gotuzzo era um grã-fino da *Belle Époque*, uma figura do mundanismo carioca. Lima Barreto temia que o médico lhe guardasse mágoa, pois escrevia em revistas que zombavam de Gotuzzo. No entanto, o psiquiatra tratou-o bem e citou seus livros, que conhecia. Mostrou deferência ao seu talento, ofereceu o próprio gabinete para que escrevesse suas cartas e anotações. Ao fim e ao cabo, conquistou a boa vontade do escritor. “Era uma boa alma, em quem o dandismo era mais uma aquisição que mesmo uma manifestação de superficialidade de alma e inteligência” (*ibid.*, p. 32).

Humberto Gotuzzo foi psiquiatra do HNA na gestão de Juliano Moreira (Moreira, 1905). Foi membro fundador da Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal, criada em 1907, primeira sociedade científica do tipo no país. A Sociedade surgiu por iniciativa dos médicos que colaboravam com o periódico Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências afins, criado em 1905 por Juliano Moreira e Afrânio Peixoto (Cerqueira, 2016).

A *Revista Careta* (24/02/1912) registrou a participação de Gotuzzo no carnaval carioca. No começo do séc. XX, o carnaval era um folguedo de rua com foliões anônimos e grande mistura social. O convívio com mascarados nas ruas incomodava a elite do Rio de Janeiro, que implantou um carnaval mais comportado, inspirado nos bailes fechados de mascarados de Paris, ou *bals masqués* (Cunha, 2008). Mas apareceu um novo problema: as fantasias de dominó, vindas dos bailes parisienses. Este tipo de fantasia não permitia identificar o sexo de quem as usava. Os embaraços dos *bals masqués* foram satirizados pelas revistas ilustradas:

Um caso famoso ocorreu no *High Life* com o meritíssimo Juiz Cícero Seabra. Animado com um dominó que havia se insinuado para ele, caiu num desenfreado maxixe e acabou declarando amor à vista dos lindos olhos que o hipnotizara, convidando-o para a ceia. Só depois do jantar e do champagne foi que soube que o seu par na dança, o dominó que o enfeitara, era o Dr. Humberto Gotuzzo (Cunha, 2008, p. 284-285).

Considerações finais

No *Diário do hospício* e *O cemitério dos vivos*, numa inaudita inversão de papéis, Lima Barreto esboçou retratos psicológicos e sociais penetrantes dos psiquiatras que o atenderam durante sua internação no HNA. Seu minucioso e sagaz escrutínio crítico evidencia comportamentos e modos de ascensão social típicos da elite letrada em vários deles. Na descrição dos doutores por Lima Barreto e na biografia de cada um delineia-se o perfil da elite bacharelesca brasileira.

Ser doutor na Primeira República envolvia um trabalho de construção para acessar o jogo social da elite. Isto significava dominar seu código social, ter relações e padrinhos influentes, ter êxito como médico e professor, promover-se como sumidade da ciência, participar de associações e entidades, estar em dia com novidades científicas do exterior, acumular cargos públicos, receber títulos e honrarias, exercer mandato parlamentar, exibir qualidades distintivas de formação cultural, seguir carreira paralela de intelectual ou escritor.

Vários psiquiatras citados amalharam cargos e titulações num campo psiquiátrico que se organizava institucionalmente. A carreira de Antônio Austregésilo reúne o maior número de elementos de sucesso: vida acadêmica, clínica pública e privada, atuação parlamentar, participação em associações, produção literária, membro e Presidente da Academia Brasileira de Letras. Outrossim, Juliano Moreira foi diretor do HNA por 27 anos. Henrique Roxo dirigiu o Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil de sua criação, em 1938, até 1946; antes tendo sido diretor do Instituto de Psicopatologia desde 1921 (um dos nomes atribuídos ao antigo Pavilhão de Observação do HNA). Aduato Botelho exerceu sucessivos cargos administrativos por quatro décadas, tornando-se diretor do SNDM nos anos 1940. Henrique Roxo e Antônio Austregésilo são descritos por Lima Barreto como psiquiatras que reproduziam sem reflexão as novidades científicas oriundas do exterior.

Negro, sem anel de doutor, Lima Barreto não desfrutou facilidades numa sociedade desigual, fundada na hegemonia de oligarquias agrárias e séculos de escravagismo. Crítico feroz da Primeira República, conhecedor dos dispositivos seletivos de ascensão social vigentes, sua literatura denunciou o racismo cientificamente legitimado, o clientelismo, o apadrinhamento, a obtenção de cargos e privilégios. Sobretudo, exibiu a falta de limite entre o domínio público e privado no Estado Brasileiro.

Referências

- ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA. *Acadêmico 293 - Henrique de Brito Belfort Roxo*. Disponível em <https://anm.org.br/henrique-de-brito-belfort-roxo/>
- AYROSA, J. O Alcoolismo: suas Raízes Psicológicas segundo a Psicanálise. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 7, n 1, p. 18-26, 1934.
- AZEVEDO, C. M. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma História Comparada*. São Paulo: AnnaBlume, 2003.
- BARBOSA, F. A. *A vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro/Brasília: Editora José Olympio, 1981.
- BARRETO, L. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. Belo Horizonte: Garnier, 2021.
- BARRETO, L. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. 25 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BARRETO, L. *Diário do Hospício/o Cemitério dos Vivos*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1993.
- BARRETO, L. *Numa e a Nínia*. Recife: Prazer de Ler, 2016.
- BEAUCHESNE, H. *História da Psicopatologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- CARVALHO, J. M. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- CERQUEIRA, E. A Fundação da Primeira Sociedade Brasileira Especializada em Medicina Mental. *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 9, n.1, p. 51-66, 2016.
- COELHO, E. *As profissões imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- COSTA, J. F. *História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Xenon, 1989.
- CUNHA, F. *Caricaturas carnavalescas: Carnaval e humor no Rio de Janeiro através da ótica das revistas ilustradas Fon-Fon e Careta*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.
- DOLHNIKOFF, M.; CAMPOS, F. *História do Brasil*. 2 ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da USP, 1996.
- FRÚGOLI JR., H.; MACEDO, M. Vocação deambulatória e convivência com deserdados: caminhadas de Lima Barreto pelo Centro do Rio de Janeiro. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 31, n. 1, p. 91-111, 2019.
- HERSCHMANN, M.; KROPF, S.; NUNES, C. *Missionários do progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro (1870-1937)*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

HOLANDA, S. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

LOPES, C. Notícia histórica da assistência a psicopatas no Distrito Federal. *Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria*, v. 39, n. 2, p. 79-118, 1939.

LOPES, J. L. A Psiquiatria e o Velho Hospício. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v. 14, n. 1-2, p. 117-130, 1965.

MARTINS, Y. *José Carneiro Ayrosa*. Médicos que atuaram no Hospital Nacional dos Alienados. Biblioteca Virtual em História do Patrimônio Cultural de Saúde. Disponível em: <http://hpcs.bvsalud.org/historia-saberes-psi/medicos/>

LOPES, J. L. *Antônio Austregésilo Rodrigues de Lima*. Médicos que atuaram no Hospital Nacional dos Alienados. Biblioteca Virtual do Patrimônio Cultural de Saúde. Disponível em: <http://hpcs.bvsalud.org/vhl/temas/historia-saberes-psi/medicos/>

LOPES, J. L. *Adauto Junqueira Botelho*. Médicos que atuaram no Hospital Nacional dos Alienados. Biblioteca Virtual do Patrimônio Cultural da Saúde. Disponível em: http://hpcs.bvsalud.org/vhl/temas/historia-saberes-psi/medicos

LOPES, J. L. *Henrique de Britto Belford Roxo*. Médicos que atuaram no Hospital Nacional dos Alienados. Biblioteca Virtual do Patrimônio Cultural da Saúde. Disponível em: http://hpcs.bvsalud.org/vhl/temas/historia-saberes-psi/medicos

MOREIRA, J. Notícia sobre a Evolução da Assistência a Alienados no Brasil. *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins*, v. 1, n. 1, p. 52-98, 1905.

NEEDELL, J. *Belle Époque Tropical*: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ODA, A.; DALGALARRONDO, P. Juliano Moreira: um Psiquiatra Negro frente ao Racismo. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 22, n. 4, p. 178-9, 2000.

OLIVEIRA, A.; GENS, R. Prefácio. *Lima Barreto, Diário do Hospício/Cemitério do Vivos*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

SCHWARCZ, L. *As barbas do Imperador*: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, L. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, L. *Lima Barreto*: triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHWARCZ, L.; STARLING, H. *Brasil*: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SOARES, S. Raça e psiquiatria: uma análise genealógica da questão racial na psiquiatria brasileira. *Século XXI, Revista de Ciências Sociais*, Santa Maria, v. 7, n. 2, p. 252-283, 2017.

Abstract

Lima Barreto and the National Hospital for the Insane: When the Patient Describes the Psychiatrists

This article discusses the personal reports and the comments about the psychiatrists written by the author Lima Barreto during his hospitalization at the National Hospital for the Insane, during 1919-1920, at Rio de Janeiro. For this goal, will be used the texts “diário do hospício” and “o cemitério dos vivos”, where an unprecedented reversal of roles takes place, and the inpatient Lima Barreto critically analyzes the personality of the doctors who treat him, some of them founders of psychiatry in Brazil. The article presents the biographies of the writer and the medical doctors mentioned by him. Lima Barreto's life was marked by difficulties because he was a black man and did not have a higher education degree. For this reason, the text also discusses social legacies of slavery in Brazilian society and the significance of the titles of bachelor or doctor to produce social distinction during the First Republic (1889-1930). In conclusion, it can be observed that Lima Barreto's narrative and the biography of the psychiatrists he described complement each other to highlight behaviors and paths of ascension characteristic of the elite with higher education, in addition to denouncing racial discrimination in Brazilian society.

► **Keywords:** Lima Barreto. The Cemetery of the Living. Hospice Diary. National Hospice for the Insane. History of Psychiatry.